

Dez anos da “Revolução Cidadã” no Equador: quais perspectivas?*

Gustavo Menon*

Resumo:

Em uma conjuntura marcada pela ascensão dos governos progressistas na América Latina, o projeto “Revolução Cidadã” incluía o abandono em definitivo das políticas ditadas pelos FMI, Banco Mundial e Consenso de Washington. Dez anos depois, o cenário político e econômico internacional e equatoriano coloca este projeto diante de uma etapa crucial: ou o processo se aprofunda e adquire um perfil revolucionário ou se restringe ao reformismo.

Palabras claves: Equador; Revolución Ciudadã; Rafael Correa; neodesenvolvimentismo.

Ten years of the “Citizen Revolution” in Ecuador: What perspectives?

Abstract:

In a conjuncture marked by the rise of progressive governments in Latin America, the project “Citizen Revolution” was included the permanent abandon of policies dictated by the IMF, World Bank and Washington Consensus. Ten years later, the economic and political stage internationally and Ecuadorian places this project in a crucial stage. Either the process deepens and acquires a revolutionary profile or it is limited to reformism.

Keywords: Ecuador; Citizenship Revolution; Rafael Correa; neodevelopmentalism.

Do colapso neoliberal ao projeto neodesenvolvimentista

Há dez anos, Rafael Vicente Correa Delgado assumia a presidência da República do Equador. Em seu discurso de posse, proferiu a famosa frase “chega ao fim a triste noite neoliberal na América Latina” (Correa, 2007)¹.

Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil e com formação em economia, Correa ganhou bolsas de estudos para estudar na

* Este artigo é fruto da pesquisa de mestrado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Ver Menon (2013).

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina da USP, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: gu_menon@yahoo.com.br

¹ Discurso de posse. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_hzdEFrFcr0. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

Europa e nos Estados Unidos. Eleito em novembro de 2006, obtendo 56,67% dos votos válidos, e tendo como cabo eleitoral seu partido *Alianza PAIS*, Rafael Correa assumiu a presidência equatoriana em 15 de janeiro de 2007, após vencer no segundo turno o milionário de direita Álvaro Noboa.

Ao assumir a presidência com uma proposta nitidamente antineoliberal, Correa advogou uma política econômica nacionalista em oposição ao modelo imperialista. Em entrevista à rede de TV CNN, o novo presidente prometeu acabar com o “desastroso modelo neoliberal”, anunciando ter pago toda a dívida do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e dizendo: “Nunca mais queremos ouvir falar dessa burocracia internacional” (Fernandes, 2007). Sem dúvida, a eleição do presidente equatoriano, que se denomina um “humanista cristão de esquerda”, representava uma ruptura com o modelo político anterior, que havia gerado o empobrecimento de milhares de pessoas e agravado de forma sem precedentes a desigualdade social no país. A política equatoriana era marcada por fortes crises, com inúmeros escândalos de corrupção e pela dolarização da economia, o que fez com que a nação tivesse, entre 1996 e 2007, sete presidentes da República. Na transição do século XX para o XXI, sucessivos presidentes, como Abdalá Bucaram (1996-1997), Jamil Mahuad (1998-2000) e Lúcio Gutiérrez (2003-2005), tiveram seus mandatos destituídos em virtude das crises de natureza econômica ditada pelo modelo neoliberal. Em meio a protestos de frações das classes populares, como levantes indígenas, mobilizações estudantis e sindicais, a agenda do FMI e do Consenso de Washington foi a fórmula colocada em curso ao longo dos anos 90 e nos primeiros anos do presente século.

As políticas estruturantes de abertura comercial, processo de privatizações e flexibilização trabalhista, durante esses governos, também se traduziram em aumentos nos níveis de miséria, pobreza, desigualdade e desemprego. Segundo os dados do Banco Central do Equador, entre 1995 e 1999, a população em situação de pobreza passou de 4,2 milhões a 5,54 milhões de pessoas, enquanto os habitantes em pobreza extrema passaram de 1,4 milhões a 2,1 milhões. Isso em uma população de um pouco mais de 15 milhões de habitantes! (Correa, 2015; Acosta, 2006).

As sequelas em relação à geração de emprego também foram desastrosas: em 2004, por exemplo, o desemprego aumentou de forma significativa alcançando o patamar de 11% da População Economicamente Ativa (PEA). Ao mesmo tempo, o subemprego passou de 45,8%, em 1995 para 56,8% em 1999. A crise econômica ocasionou igualmente uma expressiva onda emigratória, quando milhares de equatorianos saíram de seu país em busca de melhores oportunidades de trabalho no exterior. Estima-se que pelo menos 300 mil cidadãos deixaram o Equador desde a crise econômica deflagrada em 1999, cujo ápice foi a dolariza-

ção da economia em meio a um feriado bancário num contexto de: 1) fuga de capitais e, sobretudo, 2) ausência de mecanismos de regulamentação econômica-financeira-bancária. O desastre foi tão grande que o PIB *per capita*, só em 1999, caiu 7,6%, tornando a recessão econômica extremamente dura para o poder de compra das classes subalternas (Larrea, 2003).

Sob um quadro de degradingolada neoliberal, o governo ao invés de estancar a crise econômica, adotou o suicídio da política monetária para atender às pressões de grupos ligados ao capital rentista equatoriano. Em poucas palavras, o Equador renunciava a fazer política cambial se entregando ao dólar. Além de ser uma medida anticonstitucional, pois a Constituição de 1998 declarava o sucre como moeda nacional, o ato suicida talvez tenha sido o pior erro de condução econômica ao longo da história do país, aprofundando as relações de dependência junto aos Estados Unidos – em especial, as políticas projetadas em consonância com o *Fed*.

Mesmo diante de tais indicadores, com a falência absoluta do Estado e da sociedade equatoriana, volumosos recursos do orçamento eram destinados ao capital financeiro rentista via serviço das dívidas internas e externa. Com cifras que superam a metade do orçamento nacional, os credores da dívida maximizaram seus lucros à custa das classes mais pobres. Segundo o Banco Central Equatoriano, entre 1995 e 1999, os 20% mais ricos incrementaram sua participação na renda de 55% a 61,2%, ao passo que, em contrapartida, os 20% mais pobres viram sua renda diminuir de 4 para 2,5% (Correa, 2015).

Neste cenário de tragédia nacional e aprofundamento de desigualdades, houve em 2006 um triunfo de Rafael Correa, que conseguiu aglutinar as forças de esquerda do país e trouxe grandes esperanças para as classes oprimidas equatorianas. Seu projeto de “Revolução Cidadã” contou com inúmeras políticas de fortalecimento do Estado Nacional e maior integração regional, como adotado na perspectiva bolivariana. Assim, em discurso proferido em dezembro de 2006 na Câmara pela Integração dos Povos da UNASUL, em Cochabamba, na Bolívia, destacou: “Que toda a América Latina acompanhe o Equador em nossa tentativa de conseguir aprovar uma Assembleia Constituinte que desmonte definitivamente as máfias políticas que tanto mal nos têm feito e têm sequestrado a nossa pátria”². Para fazer as transformações necessárias, apresentou a necessidade de mudar as “regras do jogo” e defendeu a aprovação da 20ª Constituição da Nação Andina, em setembro de 2008, que permitiria “uma rápida e profunda mudança” no país.

² Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=519>. Acesso em 21 de janeiro de 2016. Ver também Comunidade Sul-Americana de Nações (2006). Declaração de Cochabamba, 9 de dezembro de 2006.

A nova constituição e as contradições de classe em uma economia dolarizada: as dimensões ideológicas da “Revolução Cidadã”

Contando com ampla aprovação em seus primeiros anos de governo, em setembro de 2008, foi aprovada por referendo popular a nova Carta Magna. A vitória de Correa se transformou no triunfo das classes desfavorecidas, abrindo as portas para um processo de mudanças indispensáveis ao país.

No aspecto econômico, Correa frisou a necessidade de *“revertir las barbaridades que existen en la economía”*, isto é, desmontar o programa neoliberal dos anos 90 e reconstruir o Estado Nacional Equatoriano. Descartando a cooperação do FMI, afirmou: “Não trabalharemos com os burocratas do FMI e do Banco Mundial. Privilegiaremos o trabalho com a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Interamericano – ID” (Fernandes, 2007). Além disso, ainda no âmbito econômico, o governo Correa elaborou uma comissão para auditoria da dívida pública, recuperando aos cofres públicos enormes quantias de contração de dívidas consideradas ilegítimas. Com os recursos liberados em virtude da auditoria, os investimentos foram empregados em saúde, educação e em outros programas sociais.

Em junho de 2009, os jornais de todo o mundo anunciariam o “sucesso total” obtido pelo Equador ao readquirir 91% de sua dívida externa em papéis soberanos. Conforme a ministra de Finanças María Elsa Viteri revelou à época, o valor de recompra girou em torno de US\$ 2,9 bilhões, cifra que significou uma economia de US\$ 7,5 bilhões aos cofres públicos (Breda, 2011a: 02)

Na política externa, o presidente equatoriano buscou a ampliação dos vínculos econômicos e políticos entre Caracas e Quito. Aproximando suas políticas com Hugo Chávez e defendendo a unidade dos países sul-americanos, Correa levou a cabo o programa bolivariano da tão sonhada integração latino-americana. Os efeitos desse processo foi a colaboração de seu governo na criação da UNASUL, em 2008, a adesão à ALBA, em 2009, além do estreitamento das relações com a Comunidade Andina (Prensa Latina, 2008). Fora isso, Correa ocupa atualmente a presidência da CELAC.

Propondo uma maior soberania em relação ao capital norte-americano, a nova Carta Magna colocou fim à base militar norte-americana no território equatoriano. O artigo 5º, ao mencionar que “O Equador é um território de Paz. E não se permite o estabelecimento de bases militares estrangeiras”, eliminou definitivamente a base aérea ligada aos EUA na cidade de Manta, ao noroeste de Guayaquil (Constitución de la República del Ecuador, 2008).

Em meio a esse turbilhão de transformações, os movimentos sociais – principalmente os indígenas – colocaram-se de maneira complexa e até contraditória em relação ao governo Rafael Correa. Segundo a pesquisadora do Instituto de

Estúdios Ecuatorianos (IEE), Ana Maria Larrea, os movimentos organizados que apoiaram a candidatura de Correa passaram por um redimensionamento extremamente complicado: deveriam lutar ao lado das propostas progressistas do governo e fazer uma crítica detalhada e minuciosa das posições errôneas do presidente, mas tomando cuidado para que essa crítica não abrisse espaço para que as forças conservadoras dos setores dominantes e do grande capital pudessem aproveitar essa brecha para tomar novamente o governo. Ela ressalta também que as elites petrolíferas do país, aliadas à grande imprensa, fariam de tudo para que o novo regime fracassasse (Larrea, 2010).

Outro ponto polêmico foi a Lei de comunicação no país, promulgada em 2013. Pretendendo vetar a participação de bancos nos sinais de comunicação e, ao mesmo tempo, buscando democratizar o acesso de televisões e rádios comunitárias, o governo de Rafael Correa fortaleceu as ondas dos canais estatais. De acordo com a nova lei, deve-se estabelecer a redistribuição das frequências radiofônicas com as seguintes participações: 33% das concessões para meios privados, 33% para meios públicos e 34% para meios comunitários (Ecuador, Ley Orgánica de Comunicacion, 2013). A burguesia midiática equatoriana logo considerou a lei uma violação à liberdade de expressão. “A lei da mordacal”, gritou boa parte dos meios de comunicação privados no Equador. Com tamanhas transformações, podemos caracterizar o cenário político atual no Equador como um governo pós-neoliberal (Gallegos, 2011).

Caminhos da “Revolução Cidadã”: entre o *Buen vivir* e o fortalecimento do Estado Nacional

Uma das questões essenciais, fruto especialmente das demandas indígenas, é a introdução do conceito do “*Buen Vivir*”. Esse termo supõe uma redefinição do processo civilizatório, deixando para trás noções de progresso, crescimento e desenvolvimento que se esgotaram sem trazer mudanças concretas para as classes oprimidas – servindo apenas para a exploração, depredação e controle pelas classes dominantes. Na nova carta, incorporou-se à soberania alimentar como objetivo estratégico do Estado, o direito à água e sua não privatização, soberania econômica, política, energética e militar. Além disso, as reivindicações de saúde e educação universal e gratuita (até o nível universitário) deram ênfase ao princípio de igualdade com pluralidade (Constitución de la República del Ecuador, 2008).

Para Luis Macas (2005), ex-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), esse era um momento histórico para os povos e nações indígenas, pois representava uma mudança estrutural, política e jurídica do Estado Equatoriano. Com as reivindicações apresentadas durante a assembleia constituinte, a CONAIE tencionava e exigia que a nova constituição construísse um Estado plurinacional para erradicar o regionalismo, a exclusão,

o autoritarismo e a repressão que ele costuma impor. Além disso, colocaram questões como “a nacionalização dos hidrocarbonetos e a não privatização dos recursos naturais”, objetivando “um modelo econômico soberano, ecológico, organizado, igualitário, solidário, comunitário e social, para garantir o presente e as futuras gerações” (Adital, 2007).

Em virtude da grande pressão dos grupos sociais indígenas, o ousado texto apresenta pontos de plurinacionalidade, interculturalidade, bem como assuntos ligados à ampliação dos direitos coletivos, o reconhecimento do *quechua* e outras línguas ancestrais como idiomas de relação intercultural, assim como a proteção de seus territórios e saberes. Ademais, a nova carta Magna também introduzia pontos inovadores como os direitos da natureza³, bem como a ideia e o conceito de *Buen Vivir*⁴ (Constitucion de la República del Ecuador, 2008).

Independentemente dos avanços conquistados, diversos movimentos sociais, sobretudo as frações indígenas, afirmaram que a Revolução Cidadã e o governo Correa se distanciaram das propostas iniciais e recusaram o diálogo com os movimentos sociais do país (sindicatos, CONAIE, UNE, entre outros). A CONAIE e os movimentos indígenas alegaram que, de modo autoritário, Rafael Correa, em vez de democratizar e intensificar o processo em curso, centralizou os poderes, não permitindo uma participação popular efetiva. A relação conflituosa (governo x CONAIE), de acordo com as lideranças indígenas⁵, deu-se devido ao modelo econômico “extrativista” propagado pela Revolução Cidadã. Isso provocou muitos levantes indígenas em todo país durante todo o governo de Rafael Correa. O pior deles, foi em setembro de 2010, onde, segundo o discurso oficial, houve uma tentativa de golpe de Estado na cidade de Quito com a destituição e até a ameaça de morte do presidente da República⁶.

A aprovação da lei de mineração do país, ratificada pela assembleia nacional em 2009, é apenas um exemplo que pode ser tratado como referência. De acordo com a pesquisadora Natalia Sierra (2009), a aprovação desta lei viola várias normas da Constituição Equatoriana, privilegiando a entrada de empresas transnacionais para exploração dos recursos naturais. A pesquisadora classifica o governo como “embusteiro”. Segundo ela, a Revolução Cidadã não cumpriu, de fato, sua proposta de campanha com consultas e participação das classes subalternas na política, funcionando sob a lógica da burocracia de Estado.

³ Sobre os direitos da natureza, consultar Acosta e Martinez (2009).

⁴ Para o conceito de bem-viver, ver Davalos (2008).

⁵ Roda de conversa, realizada em 14 de junho de 2012, entre dirigentes indígenas e pesquisadores do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), na ocasião do 6º. Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP).

⁶ Sobre este período de maior crise no governo de Rafael Correa, consultar Villavicencio et al. (2011).

A lei de mineração foi a gota d'água que rompeu o apoio do *Pachakutik* e da CONAIE ao governo de Rafael Correa. O nó górdio é: o governo quer explorar as jazidas de recursos naturais nas distintas regiões dos Andes e da Amazônia; os indígenas, não. A principal queixa da CONAIE é que o governo não está respeitando a Carta Magna, embora a constituição reconheça a plurinacionalidade. Os indígenas são contra a entrada das empresas transnacionais e o desmatamento. Para eles, o governo deveria respeitar a voz das comunidades e da *Pacha Mama*. Afinal, o novo texto prega o princípio constitucional dos direitos da natureza, como consta do Capítulo 7 da Constitución de la República del Ecuador de 2008. O interesse pelos minérios, de acordo com os militantes indígenas, fere o *Buen Viver* sancionado na nova Carta Magna.

Por outro lado, o governo responde alegando que é preciso diversificar o modelo econômico, mas os minérios, assim como o petróleo, continuam sendo fundamentais para as contas públicas e para a prestação dos serviços essenciais à população. Rene Ramirez, membro do alto escalão do governo Correa, que comandava a Secretaria Nacional de Planificación e Desenvolvimento (SENPLADES), alega que a mineração tem um papel vital para o país e deve ser feita de maneira territorializada e ordenada.

Acreditamos que a mineração tem um papel muito importante nessa transição, desde que feita de uma maneira ordenada e territorializada. Não pretendemos tocar em zonas de biodiversidade altamente sensível. Mas, onde a exploração seja viável, a mineração será praticada. O país precisa dos recursos, e no momento apenas podemos contar com a agricultura, o petróleo e as minas. Somos um país pobre. Não podemos nos dar ao luxo de abrigar riqueza debaixo de solo e, ao mesmo tempo, ostentar altos níveis de desnutrição e analfabetismo (Breda, 2011: 184).

Em carta enviada ao presidente em 2013, a Via Campesina questionou a proposta do governo em estabelecer o modelo de alimentos transgênicos no país. Para o movimento, o cultivo de transgênicos “sólo provocan destrucción y despojo, lleva a la concentración de la tierra y la riqueza, envenenan nuestras familias, nuestros animales, nuestros cultivos y la vida en torno nuestro, destruyen las fuentes de trabajo y nos expulsan de la tierra” (Via Campesina, 2013).

Unda (2011) expõe a contradição do projeto “Revolução Cidadã”. Segundo ele, o governo busca alianças com setores ligados ao capital nacional de serviços na expectativa da formação de uma “burguesia interna progressista e libertadora”. Para Unda, a corrente reformista de Correa e da *Alianza PAIS* crê na “revolução por etapas” para se chegar ao chamado “socialismo do século XXI”⁷.

⁷ Para o conceito de socialismo no século XXI, consultar Borón (2010).

Para isso, deve-se prestar concessões ao capital nacional, incentivando obras de infraestrutura, agricultura, moradia e emprego.

Sempre está a la búsqueda de esa burguesía progressista, nacionalista o revolucionaria, y donde no la hay, la inventa. Cree que estas alianzas dan lugar a revoluciones “nacional libertadora” o “nacional democrática”, y que estas, a su vez, son la “primera fase”, o la “transición” hacia el socialismo. Y su sola creencia le sirve de prueba de verdad (Unda, 2011: 21).

É esta a aliança que a CONAIE denuncia. Segundo Unda (2011: 20), a concepção de Socialismo do Século XXI de Rafael Correa e da “Revolução Cidadã” nada mais é do que um “capitalismo popular”. Na mesma perspectiva, Pablo Ospina (2011) elucida cinco questões vitais e divergentes entre as propostas do governo e as reivindicações dos movimentos sociais:

- 1º modelo econômico extrativista;
- 2º política de reforma agrária (quase inexistente);
- 3º condições de trabalho;
- 4º processo decisório, focando somente no executivo (falta de participação popular);
- 5º criminalização das lutas sociais.

Ivan Pinheiro (2011) destaca que, apesar do governo Correa ter avançado em questões sociais (soberania do petróleo, questionamento da dívida e nova constituição), o Estado continua “funcionando como aparato repressor das classes dominantes e fundamentalmente a serviço delas”. Além da falta de uma crítica do Estado, Correa se dirige às massas sem a mediação, organização e projeto de um partido revolucionário, tornando-o próximo de um governo populista.

A constituição promulgada em 2008 trouxe a questão do *bem-viver* como elemento central do processo político no Equador. Tal conceito e concepção de mundo, defendido por organizações populares (dentre elas, a CONAIE), parece entrar em contradição com a lógica do capital-industrial. Assim como lembra Benjamin (1987), em suas teses sobre a história, praticamente toda noção de progresso está intimamente ligada ao conceito de barbárie.

Uma década, um breve balanço

Como pensar os caminhos da “Revolução Cidadã” diante de um contexto de forte crise internacional no bojo do modo de produção capitalista, já descrito por Marx (1996)? Em termos sociais, cabe ao governo da *Alliança PAIS* continuar melhorando os índices de seu país. Entretanto, como equacionar tal

pergunta frente a um cenário de desaceleração da economia chinesa, queda dos preços dos barris de petróleo, oscilação dos preços das vendas de *commodities* e uma conjuntura política desfavorável na região da América Latina (eleição de Macri na Argentina, *impeachment* no Brasil e derrota parlamentar do chavismo na Venezuela)?

O princípio do bem-viver (*sumak kawsay*) se coloca como essencial contradição para a pavimentação do projeto governista de criação de uma política de fortalecimento do Estado nacional. Enquanto os movimentos indígenas dão maior ênfase ao regionalismo, o governo priorizou a construção de um novo modelo econômico de fortalecimento do Estado equatoriano. Neste aspecto, a “Revolução Cidadã” assumiu traços e diretrizes neodesenvolvimentistas e, portanto, longe de um projeto revolucionário, uma vez que entendemos o neodesenvolvimentismo como uma etapa do desenvolvimento do modo de produção capitalista (Almeida, 2009 e 2012; Boito Jr., 2012), apoiado numa frente política composta, por um lado, pela grande burguesia interna constituída por grupos industriais e setores ligados ao capital de serviços e, por outro lado, pela ascensão de setores populares – incluindo o subproletariado pobre, beneficiados pelo crescimento da economia com a diminuição do desemprego nos últimos anos, fortalecidos também com a oferta de crédito para dinamizar o mercado interno e, por fim, a fração de classe que também se engendrou com aumento do gasto público e política de transferência de renda via programas sociais (Alves, 2014).

Inúmeras perguntas pairam no ar: como sair da condição de subdesenvolvimento sob a lógica do sistema capitalista? Mais do que isso, é possível conciliar a questão do *bem-viver* com os dinamismos do modo de produção? Para Napoleón Saltos (2011: 149), é muito complexo categorizar o projeto “Revolução Cidadã”. Trata-se de uma reciclagem do capitalismo ou de uma perspectiva de mudança sistêmica? Quais modificações estruturais nas relações de poder?

A “Revolução Cidadã” está diante de uma etapa crucial: ou o processo se aprofunda e adquire um perfil efetivamente revolucionário ou se restringe ao reformismo, com o sério risco de alguma fração das classes dominantes ligadas ao velho neoliberalismo assumirem uma posição predominante ou mesmo hegemônica nos próximos anos. Superar a agenda neoliberal e pavimentar um caminho verdadeiramente democrático e popular, eis o maior desafio da “Revolução Cidadã” que, daqui por diante, não terá Rafael Correa à frente.

Bibliografia

ACOSTA, Alberto (2006). *Breve história económica del Ecuador*. Quito: Editora Nacional.

- ACOSTA, Alberto; MARTINEZ, Esperanza (2009) (org). *Derechos de la naturaleza. El futuro es ahora*. Abya Yala: Quito.
- ADITAL (2007). Marcha apoia a Constituinte e pede o fechamento do Congresso. Disponível em: <<http://www.adital.org.br>>. Acesso em: 29 out. 2007.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2009). Nacional burguês e nacional popular em tempos de ufanismo neodesenvolvimentista. *Brasil de Fato*, São Paulo, 25 de novembro.
- _____ (2012). Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, São Paulo.
- ALVES, Giovanni (2014). O mal-estar do neodesenvolvimentismo. *Blog da Boitempo*, São Paulo. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/tag/neodesenvolvimentismo/>> Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
- BENJAMIN, Walter (1987). Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. In: *Obras escolhidas*. vol. 1. São Paulo: Brasiliense.
- BOITO JUNIOR, Armando (2012). As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *9º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas*, São Paulo.
- BORON, Atílio (2010). *O socialismo no século XXI: há vida após o neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular.
- BREDA, Tadeu (2011). *O Equador é verde: Rafael Correa e os paradigmas do desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante.
- _____ (2011a). Renegociação e auditoria da dívida do Equador: uma opção para os países europeus ‘quebrados’. In: *Opera Mundi*. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/13983/renegociacao+e+auditoria+da+divida+do+equador+uma+opcao+para+os+paises+europeus+quebrados.shtml>. Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
- COMUNIDADE SUL-AMERICANA DE NAÇÕES (2006). *Declaração de Cochabamba*, 9 de dezembro.
- CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DEL ECUADOR (2008). Disponível em <<http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Ecuador/ecuador08.html>>.
- CORREA, Rafael (2015). *Equador: da noite liberal à Revolução Cidadã*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2007). *Discurso Presidente Rafael Correa, posesión de mando Presidencial 15/01/2007*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_hzdE-FrFcr0. Acesso: 21 jan. 2016.

- DAVALOS, Pablo (2008). *El “Sumak Kawsay” (“Buen vivir”) y las censuras del desarrollo*. Quito: ALAI.
- ECUADOR (2013). *Ley Orgánica de Comunicación*. Sanção: 25 de junho de 2013. <http://www.asambleanacional.gob.ec/es/system/files/ley_organica_comunicacion.pdf> Acesso em 18 de fevereiro de 2016.
- FERNANDES, Marcelo (2007). O Equador tenta renascer. *Portal Vermelho*. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em 13 de outubro de 2007.
- GALLEGOS, Franklin Ramirez (2011). *Fragmentación, reflujos y desconcierto*. Movimientos sociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). In: REBON, Julián; MODONESI, Massimo (Org.). *Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Prometeo Libros.
- LARREA, Ana Maria (2010). O governo e os movimentos sociais no Equador. Disponível: <http://www.forumdesalternatives.org/PG/readarticle.php?article_id=3642> Acesso em: 4 abr. 2010.
- LARREA, Carlos (2003). *Pobreza, dolarización y crisis en Ecuador*. Quito: Abya Tala.
- MACAS, Luis (2005). *Pueblos Indígenas, Estado y Democracia*. In: DÁVALOS, Pablo. (Organizador). Buenos Aires: Clasco.
- MARX, Karl (1996). O capital. Crítica da economia política. O processo de produção do capital. São Paulo: Nova cultural, 1996. v. 1, t. 1, livro primeiro.
- MENON, Gustavo (2013). A “Revolução Cidadã”: o governo Rafael Correa e os movimentos indígenas no Equador. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-SP.
- OSPINA, Pablo (2011). *La unidad de las izquierdas*. Disponível em <<http://www.jubileo2000.ec/latest/la-unidad-de-las-izquierdas.-por-pablo-ospina-peralta.html>>. Acesso em 08 de setembro de 2011.
- PINHEIRO, Ivan (2011). Equador: a Revolução cidadã e os comunistas. Disponível em http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2444:equador-a-revolucao-cidada-e-os-comunistas&catid=41:unidade-comunista. Acesso em 18 de novembro de 2014.
- PRENSA LATINA (2008). Presidente equatoriano busca ampliação de vínculos com Venezuela. Disponível em: <http://www.prensalatina.com.br>. Acesso em 29 de agosto de 2009.
- SALTOS, Napoleón (2011). El poder y el cambio el reciclaje. In: *Quatro Año de Revolución Ciudadana: entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE.

- SIERRA, Natalia (2009). *Ecuador: un gobierno embustero*. Quito: Prensa Indígena.
- UNDA, Mario (2011). *Ojos que no ven: el gobierno de Correa y la mirada de las izquierdas*. In: *Quatro Año de Revolucion Ciudadana: Entre la propuesta y la realidad*. Quito: UCE.
- VIA CAMPESINA (2012). *Transgénicos: Carta de La Vía Campesina a Rafael Correa, Presidente de Ecuador*. Disponível em <http://alainet.org/active/58417&lang=es>. Acesso em 11 de outubro de 2012.
- VILLAVICENCIO, Fernando et al. (2011) (org). *30S: Fuego a discrecion*. Quito: UCE.